

## OS USOS E ABUSOS DA NOÇÃO DE EMPODERAMENTO

Laura Helena Sant'Anna da Silva<sup>1</sup>  
Jacy Correa Curado<sup>2</sup>

**Resumo:** O artigo apresenta os diferentes usos e abusos da noção do empoderamento, a partir de pesquisa na literatura acadêmica especializada, em buscas de periódicos nas bases de dados e em documentos públicos, como jornais, campanhas publicitárias às mulheres. Problematicamos a noção de poder trazidas por alguns autores (as) de referência do conceito. As matrizes encontradas na literatura acadêmica são: o feminismo negro da década de 70, a matriz deocolonial, a matriz da psicologia comunitária e a matriz da saúde mental. Apresentamos um mapeamento realizado em duas bases de dados, organizados em dois eixos de usos do empoderamento, das políticas públicas de governo e dos organismos internacionais. Com a popularização do termo, encontramos alguns abusos ou banalização do termo expresso em campanhas publicitárias endereçadas às mulheres. Deste modo, o artigo aponta a necessidade de discutir os diversos usos e abusos do empoderamento para refletir seus efeitos nas práticas cotidianas das mulheres.

**Palavras chave:** Empoderamento; Mulher; Usos e Abusos.

**Abstract:** This work presents the different uses and abuses of the notion of empowerment, based on research in specialized academic literature, searches of journals in databases, and public documents, such as newspapers and advertising campaigns for women. We problematize the notion of power brought by some reference authors of the concept. The matrices found in the academic literature are the black feminism of the 70s, the deocolonial matrix, the matrix of community psychology, and the matrix of mental health. We present a mapping carried out in two databases, organized in two axes of uses of empowerment, public policies of the government and international organizations. With the popularization of the term, we found some abuses or trivialization of this word expressed in advertising campaigns addressed to women. Thus, the article points out the need to discuss the different uses and abuses of empowerment to reflect its effects on women's daily practices.

**Keywords:** Empowerment; Woman; Uses and abuses

---

<sup>1</sup> Psicóloga. Mestre pelo programa de Pós-graduação em Psicologia/UFMS. Av. Costa e Silva. S/N. Cep: 79070900, Campo Grande/MS. Tel: (67) 33453587. E-mail: [laura.sant@ufms.br](mailto:laura.sant@ufms.br)

<sup>2</sup> Psicóloga. Doutora em Psicologia (Psicologia Social) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo Brasil. Professora Adjunta IV da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Av. Costa e Silva. S/N. Cep: 79070900, Campo Grande/MS. E-mail: [jacy.curado@ufms.br](mailto:jacy.curado@ufms.br)

## **1 Introdução**

A noção de empoderamento tornou-se uma panaceia e seu uso muito popular nos dias atuais. O termo “empoderamento” circula em propagandas publicitárias de agências financeiras, políticas de governo, campanhas de empresas, nomes de revistas, de lojas, de projetos, e movimentos pelos direitos das mulheres, dos idosos, entre outros.

Os debates sobre a conquista da liberdade, emancipação, autonomia e os direitos da mulher na contemporaneidade, remetem a noção do empoderamento. Primeiramente, apresentaremos as matrizes históricas do empoderamento, são elas: a matriz do feminismo negro, a matriz deocolonial, a matriz da Psicologia comunitária, a matriz da saúde mental e depois descreveremos os diversos usos do empoderamento encontrados em duas bases de dados.

## **2 Matrizes do Conceito do Empoderamento**

Para conhecer como esse conceito foi construído usaremos o conceito de matriz apresentado por Hacking (1999), pois este entende que para se conhecer algo é preciso levar em consideração as ideias que foram construídas nesse processo, tudo que dá sustento a esse objeto e seus elementos. Para Spink (2010, p. 17) “uma matriz engloba pessoas, instituições, formulários que tem que ser preenchidos, fotografias que têm que ser tiradas e passaportes. Há assim, uma materialidade aí implicada que faz com que um rótulo efetivamente construa esse objeto”. Sendo assim, se faz importante ter conhecimento sobre a ideia ou objeto que está sendo construído nesse processo, como também a necessidade de se trabalhar de forma ampla, incluindo os elementos que dão sustento à ideia, que está sendo construída.

Dessa forma, apresentaremos quatro matrizes da noção do empoderamento, encontradas na literatura, são elas: a matriz do Feminismo Negro, a matriz Decolonial, a matriz da Psicologia Comunitária e por último a matriz da Saúde Mental.

### **2.1 Matriz do feminismo negro**

Uma das versões da noção de empoderamento, emerge nos anos 70 nos Estados

Unidos com os movimentos de direitos civis, através do movimento da valorização do poder negro e a conquista de uma cidadania absoluta.

Para Collins (2019), pensadora e ativista do feminismo negro, empoderar requer mais que a transformação individual das mulheres negras, pois demanda estratégias de desenvolvimento da comunidade negra. Para ela, o empoderamento exige a transformação das injustiças sociais como os afro-americanos vivenciam de geração em geração.

O pensamento do feminismo negro ressaltou a importância do empoderamento, através do ativismo das mulheres negras nos Estados Unidos, pelas mudanças das injustiças sociais. Para essa autora, o feminismo negro não é uma adição ao feminismo, mas, parte de uma perspectiva de reflexão de projetos e abordagens que tratem das opressões estruturais, a partir de formulações políticas de mulheres negras.

De acordo com Collins (2019), o feminismo negro traz duas contribuições importantes para uma política de empoderamento. A primeira é a transformação na forma de se pensar as relações de poder injustas, ao considerar os paradigmas de opressões interseccionais de raça, classe, gênero, sexualidade e nação, dando importância a ação individual e coletiva das mulheres negras, ligadas a tais opressões. Em segundo lugar, o feminismo negro debate questões acerca da dinâmica do poder como conhecimento, ou seja, possibilita as afro-americanas novos conhecimentos sobre as suas próprias experiências como experiências empoderadoras (Collins, 2019).

Para Collins (2019), a importância da auto definição das mulheres negras é uma estratégia para o combate a *invenção da mulher negra* pelo olhar colonizador. Nesse sentido, Berth (2019), salienta a importância do pensamento do feminismo negro não como supérflua manifestação identitária, mas, como importante contribuição para a reestruturação social a partir de necessidades de grupos minoritários. Berth (2019), enfatiza o lugar de fala como além de um instrumento de luta, um preenchimento de lacunas impostas pelo pensamento universal. A autora citada, acrescenta que o empoderamento é a continuidade do processo que garante que essa existência requerida pelo lugar de fala se desenvolva para a libertação de mulheres negras e de sujeitos oprimidos. Nesse cenário, a discussão do empoderamento assume uma dimensão mais

ampla, envolvendo questões interseccionais e estruturais, tal como o racismo sofrido pelas mulheres negras.

Os estudos de Paulo Freire (1987), sobre a realidade de grupos oprimidos podem ser considerados uma referência a teoria do empoderamento. Na teoria da conscientização como prática para a libertação e a estratégia de atuação de grupos oprimidos, afirma que os grupos subalternizados deveriam empoderar a si próprios, em vez de receber ferramentas para se empoderarem. Essa prática se iniciaria com a conscientização crítica da realidade aliada a uma prática transformadora.

Para Berth (2019, p. 51), deve-se pensar o empoderamento como: [...] “conjuntos de estratégias necessariamente antirracistas, antissexistas e anticapitalistas e as articulações políticas de dominação que essas condições representam”.

O lugar da mulher negra nessa perspectiva é visto não mais como um lugar marginalizado, mas, como um lugar de potência, por este motivo, objetiva traçar estratégias de superar as opressões estruturais, como a ampliação do conceito de humanidade. A ênfase se dá na reivindicação da identidade vitimada como instrumento de luta, saindo do lugar inerte que não promove a descolonização política (Berth, 2019). A necessidade de contrapor uma identidade vitimada ao que é chamada no feminismo negro como resistência militante, é pensar formas de superação, ou seja, empoderamento da comunidade negra para a superação dos obstáculos trazidos pelo racismo e sexismo. Para isso faz-se necessário a conscientização da realidade em que o grupo se encontra, de desvelar as desigualdades para que o grupo se empodere e transcenda (Berth, 2019).

Assim, a autora define empoderamento como: [...]” um fator resultante da junção de indivíduos que se reconstroem e desconstroem em um processo contínuo que culmina em empoderamento prático da coletividade, tendo como resposta as transformações sociais que serão desfrutadas por todos e todas” (Berth, 2019, p. 54).

A autora acrescenta ainda que o conceito visa: “a estrada para a contraposição fortalecida ao sistema dominante, a movimentação de indivíduos rumo ao empoderamento é bem-vinda, desde que não se desconecte de sua razão coletiva de ser” (Berth, 2019, p. 54). E finaliza dizendo que a consciência crítica é condição inerente ao

empoderamento.

O feminismo negro é um divisor de águas para a luta feminista, uma vez que coloca em discussão o feminismo universal, criado por mulheres brancas dentro do feminismo e ressignifica todo o trabalho de empoderamento, que abarca outros entendimentos como opressões em outros níveis (Berth, 2019). O pensamento do feminismo negro atravessa dimensões importantes sobre o trabalho de empoderamento, ao mesmo tempo que denuncia a interligação entre essas dimensões e a não dissociação dos processos individuais dos processos coletivos.

## 2.2 Matriz Decolonial

Segundo Curado (2008), a noção de empoderamento como projeto político feminista, foi usado em 1985 pelas mulheres dos países em desenvolvimento do hemisfério sul, pela articulação internacional de mulheres Alternativas de Desenvolvimento das Mulheres da Nova Era (DAWN), sediada na Índia.

O propósito era analisar a situação das mulheres no mundo e construir uma visão de uma sociedade alternativa, onde não existiria desigualdades baseadas em classe, gênero, raça em nenhum país (Fonseca, 1999).

Nesse projeto as mulheres expressaram os seus desejos do direito a satisfação das necessidades básicas e a eliminação da pobreza e da violência. Além da redefinição do papel reprodutivo da mulher, como por exemplo, os cuidados das crianças e da família partilhados às mulheres, aos homens e à sociedade em geral. Para que a nova era imaginada pelas mulheres na DAWN ocorresse, seria preciso uma reformulação das estruturas de subordinação que são adversas às mulheres. O que significaria uma mudança nas leis, códigos civis, o direito à propriedade, o controle sobre os corpos e nas instituições sociais pautadas no patriarcalismo (Fonseca, 1999).

Dentro dessa perspectiva decolonial, outro uso dado aos processos de empoderamento é apresentado por Curado (2008), aonde admite-se que as causas da subordinação das mulheres se dão não somente em função da opressão masculina, mas, também pela opressão colonial e neocolonial. Salienta que as diferenças entre classe, raça, etnia devem ser consideradas nas propostas de transformação social. O empoderamento,

significa também autoestima, mobilidade social, experiência de bem-estar, que são constringidas pelo modo em que raça e etnia, gênero e idade limitam o acesso aos recursos econômicos e poder político.

### 2.3 Matriz da Psicologia Comunitária

A reconhecida Psicóloga comunitária mexicana Maritza Montero apresenta o termo fortalecimento em substituto a palavra empoderamento. Segundo a autora, na América Latina desde o final da década de 70 já se discutiam sobre o fortalecimento ou empoderamento e o surgimento no idioma inglês do neologismo atual produziu uma cópia automática da denominação, mesmo em áreas onde essa discussão já existia (Montero, 2006).

Essa importação pode ter ocorrido por um lado, devida influência americana e por outro, o termo não possuía até então, um caráter central ou uma teoria desenvolvida a partir dele. Talvez seja por esse motivo que alguns autores preferem adotar a palavra em sua versão em inglês direta e sem tradução (Montero, 2006).

O termo empoderamento nem sempre coincide com o que se entende por fortalecimento, a diferença reside na origem atribuída ao profissional, ou seja, não há domínio ou controle sobre os eventos de importância para a pessoa (Montero, 2006).

O fortalecimento enfatiza o caráter coletivo, o caráter libertador, o controle e o poder centrados na comunidade e em seus membros, sobretudo, denuncia a presença de atores sociais que incidem em sua realidade e nas mudanças que ocorrem nela (Montero, 2006).

Desta forma, a autora citada define fortalecimento numa perspectiva da comunidade, como sendo:

[...] como el proceso mediante el cual los miembros de una comunidad (individuos interesados y grupos organizados) desarrolla?! conjuntamente capacidades y recursos para controlar su situación de vida, actuando de manera comprometida, consciente y crítica, para lograr la transformación de su entorno según sus necesidades y aspiraciones, transformándose al mismo tiempo a sí mismos. (Montero, 2006, p. 68).

De forma breve e apenas a título de apresentação, o processo do fortalecimento

apresenta alguns componentes e *passos*. Os componentes são: o intrapessoal, o interativo e o comportamental. Os “passos” ou fases são: desenvolvimento, compreensão crítica acerca das forças sociais e políticas que compõem o nosso mundo e o terceiro passo é a ocupação no espaço público, isto é, a participação na vida pública da nossa sociedade (Montero, 2006).

A respeito do conceito de fortalecimento (Montero, 2006, p.64) assinala que:

[...] suele darse por sentado qué se entiende por fortalecimiento, como si se tratara de una noción unívoca de sentido universal no discutido ni discutible. Obviamente, al referirnos a un concepto tan ligado a la praxis, al contexto y, por lo tanto, también a un tiempo específico, el problema para definirlo deriva de la necesidad de situarse a la vez en lo general y en lo particular.

## 2.4 Matriz da Saúde Mental

O psicólogo comunitário Eduardo Vasconcelos estuda em sua tese de doutorado que apresenta em seu livro “*Empowerment: o poder que nasce da dor*” o conceito de empoderamento articulado a práticas antidiscriminatórias no campo da saúde mental. O autor citado analisa práticas anticoercivas e integrativas aos usuários dos serviços de saúde mental, bem como seus familiares. Práticas que visam a reinserção dos usuários a vida social mais ampla, que pretendem transformar as relações baseadas na discriminação e segregação das pessoas com transtorno mental. Vasconcelos (2013), acrescenta a essa discussão, a necessidade de se avançar na esfera das práticas micropolíticas, da participação social, das relações de poder às relações com o campo da saúde mental.

Assim, Vasconcelos (2013), enfatiza que a apropriação do conceito de empoderamento ao contexto brasileiro permitiu identificar diferentes estratégias e níveis de práticas de empoderamento no campo da saúde mental, tais como, o cuidado de si, a ajuda mútua, a defesa de direitos, a militância social e política.

## 3 Problematizando o “poder” - da noção em(poder)amento

Curado (2008), esclarece que a noção de empoderamento é baseada no conceito

de poder de Foucault (1985), que é entendido como constelações dispersas de relações discordantes, compostas pelo discurso nos campos de forças, ao contrário ao conceito de poder social unificado, centralizado da Democracia Ocidental.

Curado (2008, p.48), localiza o conceito de empoderamento:

Considera-se que essa noção de empoderamento situa-se no marco das teorias da modernidade tardia, que se alinham ao construcionismo social, pois não propõe uma utopia universal como no caso dos conceitos emancipatórios da modernidade, pois agrega aspectos psicossociais, ampliando e atribuindo uma dimensão sócio-histórica ao tradicional conceito de autoestima, da Psicologia Social individualizante.

A autora mencionada acrescenta que a noção de empoderamento aproxima-se do paradigma foucaultiano, na sua forma de abordar as relações de poder, não procurando uma causa singular para as desigualdades. Ao contrário, em uma multiplicidade de antagonismos e sistemas opressivos, contextualizados, e em sua forma particular, é que podem ser desconstruídos e transformados (Curado, 2008).

O conceito de poder adotado na noção de empoderamento é o compreendido pelo filósofo francês Michel Foucault, e para esse autor, o poder não é algo que está localizado ou centralizado em uma instituição. Em seu livro “Microfísica do poder”, ele verificou que as relações de poder atravessam o nível do estado e estão presentes em toda a sociedade. Deste modo, Foucault (1979), afirma que é preciso captar o poder em suas extremidades e em suas ramificações,

[...] captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que ultrapassam as regras de direito que o organizam e delimitam. [...] em outras palavras, captar o poder na extremidade de cada vez menos jurídica de seu exercício (Foucault, 1979, p.182).

Foucault destaca que as relações de poder das instituições são marcadas pela disciplina, fazendo com que os corpos e a educação sejam controlados pela imposição normatizadora. Essa disciplina é uma técnica específica de poder que domina indivíduos. Assim, quando o sujeito é colocado em relações de produção, é também colocado em relações de poder (Foucault, 1979). Desta forma, a compreensão de poder de Foucault atravessa as discussões feministas de empoderamento, onde o empoderamento ocorre no



cotidiano, sem significativos movimentos políticos, mas, com efeitos na vida diária.

Embora tenham ocorrido transformações no contexto das mulheres ao longo dos tempos, muitas mulheres ainda não conseguem ter o controle das próprias vidas, ou o possuem de forma reduzida. Os pequenos poderes que possuem que permitem romper em algum momento a hegemonia masculina, são poderes desiguais (Costa; Kirkwood, 2012).

O poder compõe todos os níveis da sociedade, atravessando as relações interpessoais ao nível estatal. O poder é inerente a todas as relações econômicas, sociais e pessoais, encontrando-se em constante conflitos de interesses. As relações de poder se mantêm porque há dominadores e dominados numa relação social que nega a realidade de desigualdades, que é produzida por fatores como a socialização, as crenças religiosas etc. (Costa; Kirkwood, 2012).

Lisboa (2008), argumenta que o empoderamento sob a perspectiva feminista é um poder que afirma, valoriza e reconhece as mulheres. O poder enquanto relação social, presente no termo empoderamento, geralmente vinculado ao estado, pode ser fonte de opressão, abuso e autoritarismo. Segundo a autora, para o feminismo o “poder” é utilizado como uma forma de emancipação e resistência.

Dar poder dentro desse viés é estimular em um algum nível, a auto aceitação de características culturais e estéticas (como por ex. características estéticas negras), herdadas que lhe é inerente, para assim, munido de novas percepções críticas sobre si e sobre o mundo, consciente de suas habilidades de ação, criar poder ou ferramentas para atuar no meio em que vive em prol do coletivo (Berth, 2019).

O conceito de poder adotado pelo empoderamento e exposto nesse trabalho é a síntese do poder que deve ser desenvolvido no processo do empoderamento, utilizado pelas teorias do feminismo negro e interseccional. Nessa perspectiva, o poder no empoderamento não se faz retirando o poder de um para dar ao outro, como se invertendo os polos e sim, de uma postura de enfrentamento das condições de opressão para eliminação de situação injusta de existir em sociedade (Berth, 2019).

Ana Alice Costa, pesquisadora que atuou no Programa de Estudos de Gênero da Universidade Federal da Bahia (2012), definiu empoderamento como um mecanismo pelo qual as pessoas, comunidades e organizações possuem controle de sua vida, de

seu destino, tomam consciência de sua competência para criar, produzir e gerir. De acordo com a autora, nos projetos de empoderamento é preciso que se faça a distinção entre a noção de condição e posição social. Desta forma ela distingue:

“posição” é compreendida como o status econômico, social e político das mulheres comparado com o dos homens, isto é, a forma como as mulheres têm acesso aos recursos e ao poder; e a “condição” é compreendida como o estado material em que se encontram as mulheres em relação ao homem, seja em sua condição de pobreza, salário baixo, desnutrição, falta de acesso à saúde pública e à tecnologia moderna, educação e capacitação, além da sua excessiva carga de trabalho (Costa; Kirkwood, 2012, p. 5).

Pode-se refletir que o empoderamento também é ligado à prática e ao contexto onde ele ocorre, o que explica os vários usos da noção, muitas vezes parcializando ou reduzindo o conceito, sendo útil para a compreensão das circunstâncias temporais e espaciais onde ele é aplicado.

#### **4 O Mapeamento da Noção de Empoderamento nas Bases de Dados**

Apresentaremos o resultado de um levantamento na base de dados *Scientific Electronic Library Online (SciELO)* e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível Superior (CAPES), usando os descritores “empoderamento” e “mulher” no período de uma busca na literatura nos meses de junho a agosto de 2019.

Encontramos 37 artigos na base *SciELO*, em que utilizamos os seguintes filtros: idioma português; coleções Brasil; ano de publicação todos; tipo de literatura artigo. Foram usados como critério de seleção para a leitura, os artigos que contivessem em seus *abstracts* as palavras “empoderamento” e “mulher”. A escolha desses descritores fez-se devido ao interesse da investigação pelo empoderamento das mulheres. Após essa separação, tivemos 28 artigos selecionados.

Na base de dados CAPES, no período de publicação de 2005 até 2019, refinado portipo de recurso: artigos; idioma: português e tópico: *Brazil*, obteve-se apenas três artigos que traziam os descritores eleitos em seus resumos, ou seja, as palavras “empoderamento” e “mulher”. Nos textos selecionados na CAPES, duas publicações encontravam-se repetidas nas bases de dados e foram consideradas somente uma vez,

selecionando-se ao final apenas um artigo. Após a leitura dos textos encontrados nas buscas, adotou-se o seguinte critério de escolha: utilizar os trabalhos que argumentavam sobre a noção de empoderamento.

Assim, totalizou-se sete artigos, sendo seis na base de dados *SciELO* e um na CAPES. Para ampliar o material bibliográfico selecionamos nove textos que foram citados nos trabalhos encontrados nas bases de dados, ao final tivemos 16 artigos. A partir desses artigos, elaboramos dois eixos de estudos, são eles: o empoderamento nas políticas públicas e o conceito nos organismos internacionais. Seguem as discussões encontradas na busca realizada nas plataformas citadas.

O empoderamento implica numa alteração dos processos e estruturas que reproduzem a condição de subalternidade das mulheres. Significa também uma mudança na tradicional dominação dos homens sobre as mulheres, assegurando a autonomia em relação ao controle dos seus corpos, da sua sexualidade, do seu direito de ir e vir, bem como ao combate ao abuso físico e as violações (Lisboa, 2008).

O empoderamento das mulheres significa uma mudança na dominação tradicional de homens sobre mulheres, garantindo-lhes autonomia no que se refere ao controle de seus corpos, à sexualidade, ao direito de ir e vir, bem como um sentimento de repulsa à violência e às decisões unilaterais masculinas que afetam toda a família (Costa; Kirkwood, 2012).

Nogueira et al. (2018), em seu trabalho sobre a participação do homem no planejamento reprodutivo, apontam que o comando da fecundidade pela mulher é considerado um dos alicerces do processo de empoderamento. Poder decidir e planejar o momento de ter filhos, garante a mulher o controle de seu corpo e da sua própria vida, o contraponto existente, é a responsabilidade da contracepção ligada exclusivamente a mulher.

Dantas, Silva e Carvalho (2014), analisaram em seu trabalho, a história de vida de uma jovem com deficiência visual, para os autores o empoderamento compõe tanto um processo individual como coletivo, promovendo o desenvolvimento de habilidades, no qual torna a pessoa ou o grupo capaz de gerir a sua própria vida de acordo com seus interesses pessoais e ou coletivos. A concepção do empoderamento amplia as discussões

sobre a compreensão da democracia, os direitos e a vulnerabilidade das mulheres.

Ao estudar sobre o empoderamento na trajetória de diretoras do ensino superior em instituições privadas, Gontijo e Melo (2017), apontam que o processo de empoderamento é moldado individualmente com base nas experiências próprias, nos contextos e histórias de cada um. De acordo com os autores, a mulher que passa pelo processo de empoderamento, acredita que pode lidar com eventos, situações, pessoas com os quais ele confronta. Desta forma, é imprescindível para os autores a análise individual da vida das mulheres e não perder de vista que o empoderamento não possui um começo delineado e um fim com experiências semelhantes para as mulheres.

Friedmann (1996 como citado em Lisboa, 2008) inclui um terceiro tipo de empoderamento, o empoderamento social. Este empoderamento prevê acesso a instituições e serviços e a capacidade de poder a nível público.

Dantas, Silva e Carvalho (2014), em seu estudo sobre o processo de empoderamento na vida de uma mulher com deficiência visual, utilizando-se da história oral como metodologia, seguiu quatro dimensões da história de vida na pesquisa, são elas: 1) família; 2) educação; trabalho e 4) vida social. Os autores concluíram que houve um processo de empoderamento revelado na vida da participante estudada, pois em todas as dimensões ela possuía poder de gestão e decisão sobre a sua própria vida.

Os autores Landerdahl et al. (2013), demonstram, em seus estudos de empoderamento feminino mediado pela qualificação na construção civil, duas vertentes do empoderamento: o psicológico e social ou comunitário. Segundo os autores o primeiro é definido como um controle sobre a própria vida, o que as pessoas sentem, como por exemplo, o sentimento de pertença a grupos, não sendo necessariamente decorrente de uma ação coletiva.

Sobre isso, Carvalho (2004, p.1090), acrescenta:

Influenciando esta formulação encontramos uma perspectiva filosófica individualista que tende a ignorar a influência dos fatores sociais e estruturais; uma visão que fragmenta a condição humana no momento em que desconecta, artificialmente, o comportamento dos homens do contexto sociopolítico em que eles se encontram inseridos

No empoderamento comunitário há a presença de fatores das esferas da vida social, fazendo parte deste o empoderamento psicológico (Landerdahl et al., 2013).

#### **4.1 O empoderamento nas políticas públicas**

A noção de empoderamento é utilizada nas políticas públicas, através de ações e projetos que pretendem a melhora na condição de vida das pessoas. Algumas ações objetivam a garantia ao acesso dos direitos básicos como alimentação, educação e saúde, além da promoção do aumento da autoestima e bem-estar. Seguem dois estudos encontrados.

Moreira et al. (2012), em seu estudo sobre o empoderamento das beneficiárias do Programa Bolsa à Família, analisam o empoderamento através dos seguintes níveis e focos: individual, que se refere a melhora a condição de vida, autoestima e autoconfiança; relacional ou familiar, que atende a inclusão social, educação, capacitação e melhora nas relações familiares e o contextual ou comunitário que indica a conquista e defesa de direitos formação de grupos e apoio e associações comunitárias.

Estudando a participação da sociedade em políticas públicas, a autora Gohn (2004), destaca que a categoria empoderamento não tem um caráter universal. Segundo a autora, tanto poderá ser utilizada para referir-se as práticas que mobilizam ou promovam grupos e comunidades, no sentido da promoção da autonomia, crescimento, melhora progressiva nas suas vidas. Também poderá referir-se à integração dos excluídos, carentes, que demandam bens elementares à sobrevivência, serviços públicos etc. A autora argumenta que há vários fatores que determinam as diferenças dos dois tipos de processos e seus resultados, mas, o principal deles é a natureza, o caráter e o sentido do projeto social e da instituição que motiva a intervenção social.

As contribuições trazidas por Gohn (2004), onde o empoderamento em seu uso, possui dentro das políticas públicas, práticas distintas, promove uma reflexão acerca dos propósitos de tais projetos sociais. A teoria do empoderamento carrega em si objetivos revolucionários e muitas vezes o empoderamento invocado por agências de governo, bancos e Organizações não governamentais (ONGs) com frequência vem sendo usado

como um instrumento de legitimação para se continuar a perpetuar uma ordem ou para controlar dentro de certos marcos estabelecidos, o potencial de mudanças original a essa categoria e suas propostas inovadoras.

Romano e Antunes (2002), acrescentam a essa discussão o questionamento de como pode haver empoderamento sem que ocorra mudanças nas relações de poder. Um outro ponto é como desconsiderar as dimensões políticas e ideológicas com propósito de domesticar grupos oprimidos. Segundo os autores citados, valer-se de um uso reformista e paternalista é tirar a potência para mudar o estado das coisas, mantendo-as como estão, sem alterar a distribuição de poder, para que fique concentrado onde sempre esteve.

Para que ocorram mudanças na dinâmica das relações de poder é necessário que ocorram questionamentos e conflitos, uma vez que o processo de empoderamento se faz a partir de reflexões de práticas e discursos combativos. Por outro lado, como vimos anteriormente, para que o processo de empoderamento ocorra é preciso a presença de alguns componentes, já citados pela autora Stromquist (2007), no caso que se apresenta, o componente econômico se faz necessário para o desenvolvimento do empoderamento. É de conhecimento que o poder econômico raramente se encontra nas mãos de grupos oprimidos e que devido a diversas injustiças são os que mais sentem o peso das desigualdades sociais.

#### **4.2 O uso do empoderamento pelos Organismos Internacionais**

Os usos e sentidos do empoderamentos nos organismos internacionais, tais como: o Banco Mundial, a Organização das Nações Unidas (ONU), o Fórum Econômico Internacional -, são apresentados-, para a ampliação do debate dos diversos usos da palavra empoderamento. As críticas acerca do uso da palavra empoderamento em movimentos e discussões feministas, se dá muitas vezes do uso do empoderamento ligado ao neoliberalismo. Como vimos, a origem do empoderamento não ocorre nas propagandas de agências financeiras e sim nos movimentos sociais pela luta de direitos. Desta forma, seguem os usos em alguns organismos.

Segundo Claros e Zahidi (2005), comprometido com a melhoria nas condições

de vida no mundo, elaborou o documento “Empoderamento das mulheres – Avaliação das disparidades de gêneros”, definindo cinco dimensões para o empoderamento e oportunidades das mulheres. São elas: participação econômica, oportunidade econômica, empoderamento político, avanço educacional, saúde e bem-estar. Seguem as explicações acerca das dimensões:

A participação econômica refere-se em termos quantitativos da presença das mulheres no mercado de trabalho e também a termos igualitários ao valor da força de trabalho.

Oportunidade econômica diz respeito a qualidade do envolvimento econômico das mulheres, atravessando a condição de trabalhadora. Internacionalmente as mulheres estão concentradas em empregos, na maioria das vezes, “femininos”, como enfermagem, magistério, cuidadora de idosos e enfermos, chamadas “segregação ocupacional horizontal” e tendem a permanecer em categorias trabalhistas inferiores às dos homens.

Empoderamento político refere-se não somente a equidade representativa das mulheres em estruturas de tomada de decisão formais e informais, como também na formulação de políticas que afetam a sociedade a qual estão inseridas. A ausência de mulheres nos governos, significam que as prioridades nacionais, regionais e locais, isto é, como os recursos são destinados, são definidos sem a participação das mulheres, cuja experiência de vida em relação aos homens proporciona a ela uma compreensão diferenciada das necessidades, preocupações e interesses.

Avanço educacional é o pré-requisito fundamental para o empoderamento das mulheres em todas as esferas da sociedade. Sem educação de qualidade, as mulheres não conseguem ter acesso a empregos bem pagos do setor formal, nem avançar na carreira e ter participação e representação no governo e influência política.

Saúde e bem-estar são conceitos relacionados as principais diferenças entre homens e mulheres, considerando acesso à nutrição adequada, cuidados com a saúde e facilidades reprodutivas e segurança, fatores indispensáveis a integridade pessoal.

A Organização das Nações Unidas no Brasil (ONUBR) lançou um glossário de termos do objetivo de desenvolvimento sustentável 5, que visa alcançar metas de

desenvolvimento sustentável onde os 193 estados-membros concordaram, por unanimidade, atingir até 2030. Das 169 metas dos 17 objetivos, o objetivo 05 do glossário é alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. O empoderamento no glossário inclui o direito à liberdade de consciência, religião e crença; a participação das mulheres com igualdade em todos os campos sociais, como a participação no processo decisório e o acesso ao poder, o reconhecimento explícito e a reafirmação do direito de todas as mulheres a acessarem e controlarem todos os aspectos de sua saúde; igualdade aos recursos econômicos, incluindo terra, crédito, ciência e tecnologia, treinamento vocacional, informação, comunicação e mercados, a radicalização de todas as formas de discriminação e violência contra as mulheres e meninas e o direito à educação e formação profissional e acesso às mesmas. O glossário destaca ainda a importância do governo e da sociedade criar condições de apoio nesse processo (ONUBR, 2016).

Encontra-se a definição do empoderamento na Organização Mundial da Saúde (OMS) (1998), segundo a OMS, empoderamento é:

Um processo social, cultural, psicológico ou político através do qual indivíduos e grupos sociais tornam-se capazes de expressar suas necessidades, explicitar suas preocupações, perceber estratégias de envolvimento na tomada de decisões e atuar política, social e culturalmente para satisfazer suas necessidades (OMS, 1998, p. 16).

A definição da OMS traz à tona a complexidade do conceito empoderamento. Podendo ser analisado e aplicado no nível individual e coletivo, em suas dimensões política, social, cultural e econômica. Este possui uma imensa possibilidade de empregos, existindo certas confusões acerca das implicações na vida das mulheres nos campos sociais, econômicos e políticos.

Romano e Antunes (2002), mencionam que o conceito do empoderamento na década de 90 foi apropriado também pelas agências de cooperação e organização financeira, como por exemplo o Banco Mundial. De acordo com os autores com essa apropriação o conceito sofreu um processo de despolitização ou pasteurização, ao ser destacado sua dimensão instrumental e metodológica.

Ao lado dos conceitos capital social e capacidades, o empoderamento passou a ser



um termo de disputa de ideias de desenvolvimento. Esse atravessamento do neoliberalismo na abordagem do empoderamento é empregado em seu viés individual, potencializando a pessoa a conquistar um poder pouco ou nada reproduzido no coletivo. As agências de cooperação e organizações financeiras passaram a utilizar essa conceitualização em suas políticas e estratégias. O uso do termo não só virou moda, como também o que é mais prejudicial, a apropriação como forma de legitimar práticas muito diversas e não necessariamente “empoderadoras” como as propostas nos termos originais (Romano; Antunes, 2002).

Nos diferentes usos da palavra está a noção de pessoas tomando poder sobre suas próprias vidas. Geralmente esse sentido encontra-se vinculado aos interesses de pessoas que lutam para a conquista de poder, pressupondo uma mudança desejada (Leon, 2001 como citado em Mageste, Melo, Ckagnazaroff, 2008). O uso comum do conceito como forma de agregar grupos, que desejam ter direitos e possibilidades, não apresentam, uma discussão dos meios e alternativas existentes para que sejam conquistados tais direitos e poderes.

Mageste; Melo; Ckagnazaroff (2008), compreendem o empoderamento através de um processo, sem limites definidos, com início, meio e fim. Para esses autores o processo do empoderamento possui três níveis: o individual, o relacional e o contextual. O nível individual envolve a conscientização da mulher de sua subordinação, esse nível compreende também as ações em prol a mudanças individuais e coletivas. O nível relacional inclui as relações com outros atores, que vai além do individual, engloba o contexto e as relações de poder que a pessoa está inserida. No nível contextual estão inseridas questões que abarcam bem-estar, segurança econômica, reconhecimento individual, social e coletivo.

Esse processo é compreendido como uma espiral que se amplia e é interligada e circundada pelas relações de poder. Assim, encontram-se ligados, interferindo e exercendo pressões mútuas.

De acordo com os autores citados anteriormente, as modificações em um dos níveis mobilizam mudanças e adaptações nas demais e assim respectivamente. Desta forma a transformação na estrutura de poder é lenta e gradual, o processo de

empoderamento pode ter início em qualquer instância, e é completado quando consegue atravessar as demais (Mageste; Melo; Ckagnazaroff,2008).

## 5 Alguns Abusos do Uso Conceito Empoderamento

Nas discussões anteriores, apontamos a origem da noção do empoderamento, seus diversos usos na produção acadêmica, na prática em grupos, comunidades e instituições públicas e financeiras. Com a popularização do termo, encontramos seu uso em vários contextos, sejam eles, propagandas publicitárias, políticas privativas e de governo, tendo como público alvo as mulheres. Nessa seção, apresentaremos algumas formas do uso do conceito, instituições que objetivam promover seu produto, sua ideia, empresa etc.

Iniciamos essa discussão com a matéria de um jornal local do estado do Rio Grande do Sul (Rego, 2018), que exibia em sua primeira folha a seguinte notícia: Vamos empoderar os bancos menores. A matéria acima citada tratava da promoção à queda do custo do crédito no país, intencionando a níveis comparados internacionalmente. A proposta era atacar os custos para fazer as taxas de juros caírem, através da competição entre os bancos. E para que isso acontecesse o governo pretendia empoderar bancos pequenos e médios.

Nessa estratégia econômica citada podemos perceber o uso do empoderamento de forma não adequada às suas origens, bem como em sua composição e parâmetros. No relato histórico apresentado nesse trabalho, percebemos as causas sociais ligados ao nascimento do termo, como por exemplo, o feminismo negro e a DAWN. Além disso, o empoderamento objetiva empoderar pessoas, grupos e a potencializar no coletivo, o processo inicia-se e deve atingir os grupos de iguais, num efeito em espiral, no qual, nunca termina.

Diversas agências bancárias apostam no conceito de empoderamento em suas campanhas para a promoção de seus produtos e a melhora do conceito de sua marca. Em uma dessas campanhas, a empresa bancária utilizou o slogan: “#MULHERESPRAFRENTE” e o movimento contava com eventos e a participação de pessoas famosas do teatro e televisão. Em 2018 a agência bancária organizou um evento, que contava com várias frentes de discussões para seus participantes, o seguinte título de



um painel discutia sobre: “Mulheres falam de dinheiro: o que você precisa saber sobre empoderamento financeiro”. Como foi apresentado nesse trabalho, no processo de empoderamento faz parte alguns aspectos, um deles é o componente econômico.

No entanto, não temos um processo de empoderamento de forma isolada, com a ausência de seus outros componentes, no caso acima citado, o empoderamento está sendo usado excepcionalmente no sentido neoliberal. O risco que se corre nessas reduções é a banalização do termo e a simplificação de seus significados e origens. Além disso, o fator econômico é um dos componentes do empoderamento, mas é preciso que outros componentes se façam presentes para que o processo ocorra.

Outro exemplo que trazemos a essa discussão, vem da campanha publicitária de uma empresa de produtos de beleza. A campanha intitulada: #Belezaquefazsentido defendia o empoderamento da mulher e objetivava aprofundar o relacionamento entre as suas revendedoras. A empresa começou a trazer debates sobre a independência da mulher, posicionando a marca em pautas sobre o empoderamento feminino. Em uma das campanhas a marca utilizou suas revendedoras como garotas-propagandas, apresentando os seus depoimentos que traziam relatos de independência financeira e conquistas. A estratégia publicitária tinha como objetivo mercadológico construir um discurso que promovesse a marca dentro do que estava sendo proposto, o empoderamento feminino.

Os exemplos apresentados anteriormente demonstram como o conceito de empoderamento pode ser usado de acordo com os interesses das instituições capitalistas neoliberais, distante do seu sentido social originário. Tal uso produz noções acerca do empoderamento, acerca das suas raízes, suas composições, parâmetros e complexidade, o que faz com que o conceito perca a sua legitimidade e seja banalizado, perdendo sua força política de transformação social.

## **6. Considerações finais**

Ao mapear os usos do conceito empoderamento, observamos que a noção parece conter uma plasticidade expressa em diversas práticas discursivas. Na maioria dos textos estudados, os autores fazem um uso do conceito para avaliar a situação e posição das mulheres em situações de projetos, programas e políticas públicas.

Stromquist (2007), define alguns parâmetros do empoderamento, são eles: a construção de uma autoimagem positiva; para pensar criticamente; coesão grupal; tomada de decisões e a ação. Stromquist (2007), inclui no conceito de empoderamento os seguintes componentes: cognitivo, psicológico, político e econômico.

O componente cognitivo diz respeito à compreensão das mulheres em relação à sua subordinação e as causas desta na sociedade. Refere-se à compreensão de se fazer escolhas, mesmo quando elas vão de encontro com as expectativas da sociedade. Envolve também ao conhecimento dos direitos legais, sobre a sexualidade, as relações conjugais, etc.

Sobre o componente cognitivo, Cortez e Souza (2008), apontam que o empoderamento implica, em admissão das restrições sociais a que a mulher está submetida e da necessidade de mudança dessa situação, por meio de transformações num contexto amplo e também em contextos mais específicos.

O componente psicológico refere-se aos sentimentos que as mulheres podem utilizar na vida social e pessoal para melhorar sua condição, envolve autoconfiança e autoestima. O componente político inclui a análise sobre o ambiente em que vive em seus aspectos políticos e sociais, desenvolvendo a capacidade de promover mudanças. O componente econômico inclui a independência econômica da mulher, esse componente do empoderamento apoia o componente psicológico.

Acredita-se na importância no desenvolvimento dos componentes apresentados pela autora Stromquist (2007), onde o componente psicológico se torna fundamental para o processo de empoderamento das mulheres. Através dele e por meio da gestão de sua própria vida, do controle de seus corpos, traduzido em escolhas, a mulher pode expressar sua liberdade de decisão, rompendo a linha fronteira do não permitido. Atravessando limites e barreiras de ações normatizadoras tecidas para o feminino ao longo dos tempos e construir a partir daí outras maneiras de ser mulher em nossa sociedade.

Trazemos a reflexão acerca dos desgastes, mal-uso e a trivialidade que o conceito tem sofrido recentemente. Sobre esse aspecto Rissel, citado por Carvalho (2004) nos diz que a carência de um embasamento teórico consistente e as muitas interpretações sobre o empoderamento na literatura, são aspectos que dificultam a utilização desse termo em um

campo específico.

O empoderamento é um processo que se inicia sem garantias de um término, tendo em vista a importância de sua composição social, isto é, o empoderamento dos grupos sociais que vivenciam condições semelhantes. Para que o processo comece é preciso que existam meios, formas “empoderadoras” ou seja criar espaços, oportunidades e estratégias de empoderamento. Não é possível alguém empoderar-se a si mesmo de forma individual e isolada.

Faz-se necessária a construção de formas e possibilidades para o despertar do processo de empoderamento. Não perdendo de vista a sua não linearidade de ocorrência e as suas complexas interferências. Talvez o processo de empoderamento seja também uma resistência à dependência e subordinação da mulher possibilitando condições para a construção de novos sentidos, desconstruindo e reinventando novos caminhos para a sua vida.

## Referências

BERTH, J. (2019). *Empoderamento: feminismos plurais*. São Paulo: Pólen.

CARVALHO, Sérgio Resende. Os múltiplos sentidos da categoria "empowerment" no projeto de Promoção à Saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 20, p. 1088-1095, 2004. Disponível em: <  
[https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource\\_ssm\\_path=/media/assets/csp/v20n4/24.pdf](https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/csp/v20n4/24.pdf)> Acesso em:

CLAROS, Augusto Lopez.; ZAHIDI, Saadia. Empoderamento das mulheres: avaliação das disparidades globais de gênero. In: **Fagundes JH, tradutor. Geneva: World Economic Forum**. 2005. Disponível em: <  
<https://www5.pucsp.br/ecopolitica/documentos/direitos/docs/emponderamento/unifem-2005.pdf>> Acesso em:

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Boitempo Editorial, 2019.

CORTEZ, Mirian Béccheri; SOUZA, Lídio de. Mulheres (in) subordinadas: o empoderamento feminino e suas repercussões nas ocorrências de violência conjugal. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 24, p. 171-180, 2008. Disponível em: <  
<https://www.scielo.br/j/ptp/a/DhVrS6d3vyxccvdB9HNpMbz/?lang=pt> > Acesso em: 02.

set, 2020.

COSTA, Ana Alice Costa. , KIRKWOOD Julieta (2012). Gênero, poder e empoderamento das mulheres. Vínculo - **Revista do Nesme**, 9(1), 1-60. Disponível em:<<https://docplayer.com.br/11092539-Genero-poder-e-empoderamento-das-mulheres-1.html>> Acesso em: 28. Ago. 2020.

CURADO, Jacy Corrêa (2008), Gênero e os sentidos do trabalho social. Campo Grande: Editora UCDB Disponível em: < <https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/7920-genero-e-os-sentidos-do-trabalho-social.pdf>> Acesso em:01. Set. 2020.

DANTAS, Taísa Caldas; SILVA, Jackeline Susann Souza; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Entrelace entre gênero, sexualidade e deficiência: uma história feminina de rupturas e empoderamento. 2014. Disponível em:<  
<https://www.scielo.br/j/rbee/a/bV7h6MQqf7VyQ5Y93RYrBdw/?format=pdf&lang=pt>>  
Acesso em:30. Jul. 2020.

FONSECA, Rosa Maria Godoy Serpa da. Mulher, direito e saúde: repensando o nexco coesivo. **Saúde e sociedade**, v. 8, p. 3-32, 1999. Disponível em: <  
<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/xsgGmtsWryYQwXy8SYkFB7G/?format=pdf&lang=pt>>  
t> Acesso em: 18. Jul. 2020.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade III: o cuidado de si**. Graal, 1985. Disponível em:< <http://www.legh.cfh.ufsc.br/files/2016/09/FOUCAULT-Michel-Hist%C3%B3ria-da-Sexualidade-III.pdf>> Acesso em:28.set. 2020.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder: organização e tradução de Roberto Machado. **Rio de Janeiro: Edições Graal**, v. 4, 1979. Disponível em:<  
[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5501197/mod\\_resource/content/2/12\\_Foucault\\_Microfísica.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5501197/mod_resource/content/2/12_Foucault_Microfísica.pdf)> Acesso em:25. Ago. 2020.

Freire, P. (1987). *Pedagogia do Oprimido* (17 ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

HACKING, Ian et al. **The social construction of what?**. Harvard university press, 1999. Disponível em:< <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=XkCR1p2YMRwC&oi=fnd&pg=PA1&dq=The+social+construction+of+what%3F&ots=NHY9S2-pf7&sig=7HnVyycLJMPr-khhM93kGnHCbtw>> Acesso em:02. Set. 2020.

GOHN, Maria da Glória. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde e sociedade**, v. 13, p. 20-31, 2004. Disponível em: <  
<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/dGnqs6Q5RZbKgTNn54RRBNG/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 28. Set. 2020.

GONTIJO, Míriam Rabelo; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes. Da inserção ao empoderamento: análise da trajetória de diretoras de instituições privadas de ensino



superior de Belo Horizonte. **REAd. Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre)**, v. 23, n. spe, p. 126-157, 2017. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-23112017000400126&script=sci\\_abstract&tlng=es](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-23112017000400126&script=sci_abstract&tlng=es)> Acesso em: 01. Set. 2020.

LANDERDAHL, Maria Celeste et al. Processo de empoderamento feminino mediado pela qualificação para o trabalho na construção civil. **Escola Anna Nery**, v. 17, p. 306-312, 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ean/a/hR8NSq8qw5V7Ht78CytggYg/abstract/?lang=pt>> Acesso em: 28. Set. 2020.

LÉON, M. (2007). El empoderamiento em la teoria y pratica del feminismo. In M. León (Ed.), Poder y empoderamiento de las mujeres (Vol. 1, pp. 75-98). Bogotá, Colômbia: TM Editores. Disponível em: <<https://pascal-francis.inist.fr/vibad/index.php?action=getRecordDetail&idt=14879078>> Acesso em: 31. Set. 2020.

LISBOA, Teresa Kleba. O empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas sociais. **Fazendo gênero**, v. 8, p. 1-6, 2008. Disponível em: <[http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/fg8/sts/ST11/Teresa\\_Kleba\\_Lisboa\\_11.pdf](http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/fg8/sts/ST11/Teresa_Kleba_Lisboa_11.pdf)> Acesso em: 25. Ago. 2020.

MAGESTE, Gizelle de Souza; MELO, M. C. O. L.; CKAGNAZAROFF, Ivan Beck. Empoderamento de mulheres: uma proposta de análise para as organizações. V **ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ANPAD. Anais [...]. Belo Horizonte: Anpad**, 2008. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EnEO548.pdf>> Acesso em: 25 ago. 2020.

MONTERO, M. Teoría y Práctica de la Psicología Comunitaria: La Tensión entre Comunidad y Sociedad. 3era. **Reimpresión. 1era Edición, Buenos Aires**, 2006.

MOREIRA, Nathalia Carvalho et al. Empoderamento das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família na percepção dos agentes dos Centros de Referência de Assistência Social. **Revista de Administração Pública**, v. 46, p. 403-423, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rap/a/qsrzNMPXxYpFtLgGDw83GKc/abstract/?lang=pt&format=html>> Acesso em: 30. Jul. 2020.

NOGUEIRA, Isabela Lima et al. Participação do homem no planejamento reprodutivo: revisão integrativa. **Rev Pesqui Cuid Fundam Online**, v. 10, n. 1, p. 242-7, 2018. Disponível em: <[http://seer.unirio.br/cuidadofundamental/article/download/6007/pdf\\_1/35221](http://seer.unirio.br/cuidadofundamental/article/download/6007/pdf_1/35221)> Acesso em: 02.set. 2020.

ONUBR. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. (2016). Glossário



de termos do objetivo de desenvolvimento sustentável 5: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. Recuperado de <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2017/06/Glossario-ODS-5.pdf>

OMS. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. (1998). *Glossary of health promotion terms*. Geneva: World Health Organization.

REGO, T. (2018, abril 02). 'Vamos empoderar os bancos menores', diz Ilan. *Jornal do comércio. O jornal de economia e negócios do rs*. Economia. Disponível em: <[https://www.jornaldocomercio.com/\\_conteudo/2018/04/economia/619914-vamos-empoderar-os-bancos-menores--diz-ilan.html](https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/2018/04/economia/619914-vamos-empoderar-os-bancos-menores--diz-ilan.html)> Acesso em: 28. Set. 2020.

ROMANO, Jorge O.; ANTUNES, Marta. Empoderamento e direitos no combate à pobreza. **Rio de Janeiro: ActionAid Brasil**, p. 21-44, 2002.

SPINK, M. J. (2010). *Linguagem e produção de sentidos no cotidiano*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

STROMQUIST, N. (2007). La búsqueda del empoderamiento: en qué puede contribuir el campo de la educación. In M. León (Ed.), *Poder y empoderamiento de las mujeres* (Vol. 1, pp. 75-98). Bogotá, Colômbia: TM Editores.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. Empoderamento de usuários e familiares em saúde mental e em pesquisa avaliativa/interventiva: uma breve comparação entre a tradição anglo-saxônica e a experiência brasileira. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, p. 2825-2835, 2013. Disponível em: <[https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource\\_ssm\\_path=/media/assets/csc/v18n10/v18n10a07.pdf](https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/csc/v18n10/v18n10a07.pdf)> Acesso em: 01.set. 2020.